



Ciane

**ACTAS DO 1º CONGRESSO
INTERNACIONAL DE APRENDIZAGEM
NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA**

17 | 18 | 19 | Novembro de 2005 Organização Paula Pequito e Ana Pinheiro

**CIANEI - I CONGRESSO INTERNACIONAL DE APRENDIZAGEM
NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA**

**17, 18 e 19 de Novembro de 2005 - Fundação Dr. António Cupertino
de Miranda**

**Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
Porto 2005**



* E S E P F 6 9 9 *

CD

ESE DE PAULA FRASSINETTI
BIBLIOTECA
N.º CD9218
Data 05/12/06

373.2
C759
ex. 2

CD



www.esefrassinetti.pt

8166

Ficha Técnica

Actas do I Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação de Infância - CIANEI

Comissão Organizadora

Paula Pequito

Ana Pinheiro

Comissão Científica

Álice Santos – ESE de Paula Frassinetti

Ana Maria Pereira – ESE de Paula Frassinetti

Ana Pinheiro – ESE de Paula Frassinetti

Beatriz Bramão – ESE de Paula Frassinetti

Bento Duarte da Silva – Universidade do Minho

Constança Festas - ESEnf. Imaculada Conceição

Clara Craveiro – ESE de Paula Frassinetti

Henrique Manuel Pereira – ESE de Paula Frassinetti

Inês Guedes – ESE de Paula Frassinetti

Irene Cortesão Costa – ESE de Paula Frassinetti

Isabel Cláudia Nogueira – ESE de Paula Frassinetti

Isabel Cunha – ESE de Paula Frassinetti

Ivone Neves – ESE de Paula Frassinetti

Júlio Pereira de Sousa – ESE de Paula Frassinetti

Luiza Cortesão – Universidade do Porto

Margarida Quinta e Costa – ESE de Paula Frassinetti

Maria da Conceição Oliveira – ESE de Paula Frassinetti

Maria Emília Nabuco – Instituto Politécnico de Lisboa

Maria Raul Xavier – ESE de Paula Frassinetti

Marta Martins – ESE de Paula Frassinetti

Miguel Prata Gomes – ESE de Paula Frassinetti

Mónica Oliveira - ESE de Paula Frassinetti

Paula Pequito – ESE de Paula Frassinetti

Paulo Dias – Universidade do Minho

Roberto Carneiro – Universidade Católica Portuguesa

Teresa Vasconcelos - Instituto Politécnico de Lisboa

Edição da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

R. Gil Vicente 138/142

4000-255 Porto, Portugal

www.esefrassinetti.pt

cianeie@esefrassinetti.pt

© Edições Gailivro, S. A.
Rua Industrial S. Caetano, 99
4405-119 Canelas V. N. gaia
Telef. 22 711 60 13 – 22 712 62 23
Fax 22 712 29 74

E-mail gailivro@gailivro.pt
www.gailivro.pt

Execução Gráfica: Gailivro
Design: Pedro Serapicos
Fotocomposição: Manuel Sousa
Coordenação: Ema Rodrigues
Depósito legal n.º 234 573/05
ISBN: 989-557-257-3

A informação contida neste livro é da responsabilidade dos autores.

Porto, Novembro de 2005

NOTA INTRODUTÓRIA

Encontram-se reunidas, na presente publicação, as comunicações científicas ao Cianeí – 1º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação de Infância.

São 73 artigos de inegável valia científica e prática que dão testemunho da riqueza intelectual convocada em torno do evento Cianeí e cujo acervo – tocando as mais diversas facetas da temática sob escrutínio – fica assim disponível para a posteridade e para consulta por parte dos muitos interessados na magna questão da Educação de Infância.

É relativamente incomum que no momento inicial de um Congresso a organização tenha conseguido já reunir e publicar as respectivas comunicações. A “proeza” merece destaque ficando esse registo a crédito da Comissão Coordenadora do Cianeí, cujos elevado empenhamento e indiscutível eficácia na concretização de um evento transfronteiriço de tamanha complexidade se revelaram exemplares.

Ocorre o Cianeí em momento de incerteza, senão crise, instalada na maioria dos sistemas educativos do nosso “mundo ocidental”.

Portugal não foge à regra.

São esses os momentos mais fecundos para a reflexão científica e para o amplo intercâmbio de ideias sobre experiências, teorias e práticas.

Por tudo isso, o Cianeí não poderia ter sido concebido em melhor oportunidade.

Acresce que, tal como temos vindo a defender há longo tempo, nenhuma crise educacional se resolve sem se investir, em prioridade, com sentido estratégico e vontade persistente, na solidez dos alicerces do edifício educativo: a educação de infância, o ensino básico.

Também nesse ponto Portugal tem de fazer uma opção de fundo vencendo a incapacidade de olhar para aquilo que deve merecer a sua melhor atenção. Repetimos o óbvio: sem fundações resistentes, na ausência de investimentos adequados nas gerações mais novas, nenhuma reforma educativa prevalecerá.

Sendo uma parte substancial do sentimento crísico que grassa associada ao vazio de valores e à subalternização dos princípios éticos é imperioso que a educação integral e de qualidade seja proporcionada a todas as crianças e jovens desde a mais tenra idade. Enquanto tal não for assumido como a urgência das urgências não conseguiremos inverter o pântano em que nos afundamos, sem projecto de futuro nem esperança que nos mobilize.

As estratégias para a educação de infância têm de buscar o sentido do equilíbrio nas políticas públicas, garantindo o respeito pela família – primeira e

BRINCAR AO FAZ-DE-CONTA: ESPELHO DAS CULTURAS DA INFÂNCIA

Ivone Neves

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

INTRODUÇÃO

A análise do texto de W. A. Corsaro (2001) “**A reprodução interpretativa no brincar ao “Faz-de-conta” das crianças**”, suscitou esta reflexão e possibilitou a abordagem de alguns conceitos considerados pertinentes para a temática em causa.

Neste sentido, perspectiva-se a socialização na infância, não como um processo linear mas antes reprodutivo, que situa a criança como um actor social, não como um adulto em miniatura, mas como um ser humano com direitos, capacidades e competências. É o foco na agência da criança e no protagonismo que ela deve ter, enquanto futuro cidadão, que Corsaro sublinha.

As crianças enquanto assimiladoras da cultura dos adultos, reproduzem-na através das suas acções, nomeadamente no brincar ao faz-de-conta, interagindo com grupo de pares e negociando com os adultos. É assim que vão alargando a sua cultura de pares.

O jogo, nomeadamente o jogo simbólico, será perspectivado enquanto expressão das culturas de infância.

As crianças manifestam-se através do jogo sócio dramático, expressando de forma criativa os modelos e a cultura dos adultos, e reproduzem-na. Mas este processo, é também revelador de uma construção pessoal em que a criança através das acções colectivas com outras crianças, manifesta a sua cultura de pares.

Assim, a expressão das crianças através do jogo, contribui para a reprodução social, mas também para a mudança social.

É neste quadro teórico que Giddens nos deixa um contributo importante para a sociologia da infância, salientando a necessidade de relações próximas e interaccionistas, entre os cientistas, portadores de conceitos e conhecimentos, e os actores sociais, enquanto portadores de saberes do senso comum, mas que também necessitam de se apropriar dos saberes dos teóricos. É esta dupla hermenêutica que reflecte a dialéctica entre a interpretação dos cientistas sociais e os actores sociais.

É assim essencial valorizar o “brincar”, permitindo e dando “espaço” para que a criança simplesmente brinque.

Através da brincadeira ela vai exteriorizar emoções, sentimentos, desempenhar papéis, resolver conflitos, desenvolvendo assim competências e consolidando uma identidade. É um processo de permanente construção e reprodução da realidade em que se situa, dos seus contextos de vida.

O jogo, nomeadamente o jogo simbólico, representa uma forma de desenvolvimento e de expressão do que é ser criança.

Nesta reflexão também irá ser sublinhado o reconhecimento da infância, enquanto categoria social, representativa de um grupo geracional, caracterizado por factores de homogeneidade e de heterogeneidade. Poder-se-á assim afirmar, conforme Corsaro (2001) que não há uma cultura de infância mas culturas de infância, representativas das diferenças individuais de classe, de género, de etnia... de distintas culturas.

A criança enquanto actor social age na sociedade que a condiciona e constrange, mas felizmente ela reinventa e recria de forma criativa o seu dia-dia, levando-nos a consciencializar a necessidade de "*Ouvir a voz às crianças*".

Assim, resta-nos uma certeza no meio de tantas incertezas, é que:

«qualquer que seja a atitude do adulto face ao jogo da criança, ela continuará sempre a jogar apenas porque é criança» (Pereira e Neto, 1997).

O BRINCAR AO FAZ-DE-CONTA

O jogo simbólico para além de ser uma forma de expressão da função simbólica, representa igualmente um modo de estar particular da infância – brincar, jogar ao faz-de-conta.

Smilansky (1966) subdivide o jogo simbólico, em jogo dramático e sócio-dramático. Considera jogo dramático quando a criança, a partir das suas experiências, encarna o papel de outra pessoa, a imita pela acção ou pela linguagem e usa como suporte acessórios reais ou do seu imaginário.

Acontece jogo sociodramático sempre que na representação intervêm outros parceiros. Cada um desempenha um papel, previamente combinado entre eles. A criança ao escolher o seu papel, precisa de adaptar ao meio, ao espaço, ao tempo, aos materiais, aos outros pares. Aprende a cooperar, a partilhar, a abdicar, aprende a ser flexível, aprende a descentrar-se.

O jogo do faz-de-conta é um óptimo jogo de cidadania.

Jogar ao faz-de-conta é experimentar-se, é pôr-se em acção com a ajuda dos outros, do grupo de pares.

Pôr-se em acção, significa assimilar, pensar em acontecimentos que são significativos, que despertam curiosidade.

O faz-de-conta é para a criança uma forma de interacção com o mundo, num processo de reprodução / construção permanente (W. Corsaro, 2001).

As crianças aprendem a representar papéis. O jogo dramático espelha o conhecimento que a criança tem da realidade e a assunção de papéis é baseada em modelos de adultos. O adulto deve observar e analisar o brincar das crianças para conhecer a suas culturas e o seu mundo.

Como refere Corsaro (2002, p.8) "*o jogo de papéis é importante no que respeita à aquisição pelas crianças da concepção de estatuto como o poder e de como os vários papéis estão relacionados na sociedade*".

O improvisado assume uma relevância no jogo de fantasia e as estratégias a que as crianças recorrem são várias: soluções paralinguísticas; manipulação orquestrada de objectos de brincar, descrição de acções, repetição de discurso, etc (Corsaro, 2002).

O "poder transformativo" do jogo pelas crianças é também outro elemento fulcral na cultura de pares referido por Corsaro.

A criança ao assumir papéis fictícios, tendo as outras como parceiros está a resolver conflitos, constrangimentos, contribuindo assim para o desenvolvimento da sua personalidade. A imagem que a criança dá de si, fá-la reconhecer no papel que assume, permitindo-lhe encontrar o seu lugar e situar-se entre as outras. Tudo se passa como o papel permitisse libertar-se de si próprio para ser outro, comportando-se como esse outro.

As interacções que acontecem no jogo do faz-de-conta, os monólogos ou diálogos das crianças são um contributo excelente.

A criatividade desenvolvida neste tipo de jogo pode levar a criança a ser feliz como diz Singer (cit. Vandenplas – Holper, 1983).

A SOCIALIZAÇÃO: PROCESSO REPRODUTIVO E CRIATIVO

W. Corsaro, através da análise de variadas situações de faz-de-conta vividas com crianças pequenas, espelha de modo claro a importância que as interacções com o grupo de pares assumem na vida da criança.

As acções colectivas das crianças são importantes para a produção da sua própria cultura de pares e ao mesmo tempo reveladoras dos modelos e apropriações que a criança faz do mundo dos adultos.

A criança é um ser naturalmente criativo e produtivo, e a forma como ela se apropria da cultura adulta, é só por si criativa e reveladora dos seus interesses (Corsaro, 2001).

A socialização, para este autor, não é tanto um processo linear mas reprodutivo e criativo. É assim que o conceito de dualidade da estrutura de Giddens (1984), salienta por um lado, a apropriação criativa e por outro, a reprodução interpretativa.

Esta dualidade, traduz-se no facto de as propriedades estruturais dos sistemas sociais serem, tanto meio como resultado, das práticas que constantemente organizam.

O conceito de socialização é ainda conotado para muitos, como uma acção dos adultos, enquanto agentes de socialização, que impõem determinados padrões sócio-culturais de comportamento.

Assim, muito do conhecimento sobre a criança e a infância em geral, tem sido formulado segundo as concepções do adulto, contribuindo assim para "reforçar as suas percepções e representações e legitimar a sua própria posição de poder" (Ferreira, 2000, p.26). Daqui resulta que a criança é vista como um ser passivo e "socialmente incompetente, intelectualmente imatura e culturalmente ignorante" (Ibidem).

Estes pressupostos e concepções, têm como consequência, que toda a produção de conhecimentos à volta da criança esteja viciada pela lógica do adulto, "não é da realidade que são construídas as imagens da criança mas são essas imagens que informam toda a realidade" (Ibidem).

O faz-de-conta é assim, uma expressão da apropriação individual e criativa do mundo dos adultos, por parte das crianças, por outro lado, é expressão e reprodução da cultura dos adultos.

Qvortrup (cit. Corsaro, 2003) sublinha a agência das crianças no âmbito da prática social, perspectivando a infância como uma forma social e as crianças co-construtoras activas nos seus mundos sociais.

A INFÂNCIA: CULTURAS DE INFÂNCIA

Estudar a criança implica antes de mais, olhar para ela como actor social, que realiza acções sociais.

É a partir da análise das produções simbólicas das crianças que outras dinâmicas e outras realidades sociais se descobrem. Antes de mais, convém frisar que a infância traduz um grupo geracional não homogéneo. A diversidade de género, de classe, de etnia, etc. está presente na infância e é reveladora da riqueza, da diversidade entre crianças.

Bob Franklin diz que infância “*não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de género, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais constróem diferentes mundos da infância*” (1995, p.7).

A focalização nas representações sociais da criança é uma forma de a conhecer e interpretar os contextos em que ela se situa, perceber e compreender os variados factores que caracterizam as culturas da infância.

Qvortrup (cit. Sarmiento e Pinto, 1997, p. 25), refere a necessidade de haver uma «autonomia conceptual» que permita «examinar as actividades da infância em si próprias e o tempo próprio das crianças como fenómenos de pleno direito».

A grande questão que hoje se coloca relativamente ao estudo da infância é que ela é fortemente determinada pela perspectiva dos adultos.

Como refere Calvert «*As crianças são importantes e sem importância; espera-se delas que se comportem como crianças mas são criticadas nas suas infantilidades; (...) deseja-se que pensem por si próprias, mas são criticadas pelas suas «soluções» originais para os problemas*» (cit. Sarmiento e Pinto, 1997, p.13).

Estas contradições de discursos evidenciam por um lado diferentes concepções e teorias de infância. Por outro lado a divergência entre as políticas sociais e as discussões teóricas sobre a concepção de criança e a infância em geral.

Os discursos de índole pedagógico são reveladores das concepções dos adultos, dos seus objectivos, e traduzem interesses que eles acham que vão dar resposta às necessidades das crianças. Esta perspectiva, que aparentemente revela boas intenções não deixa de ser um inviesamento total da lógica da criança. É o adulto a pensar pela criança, produzindo materiais didácticos, organizando espaços e tempos mas segundo a lógica e as concepções dos adultos.

É assim que Ferreira (2000) alerta para o facto de estes discursos conduzirem os adultos, a forjarem as mentes das crianças, não respeitando a agência e as competências das mesmas.

É também com Bourdieu (2003) que o conceito de violência simbólica nos ajuda a perceber que a acção dos adultos, mais especificamente toda a acção pedagógica exercida pelos adultos sobre as crianças, é expressão de uma violência simbólica, que exprime uma relação de poder.

Qualquer acção do adulto corresponde a uma orientação do adulto sobre a

criança, e o que determina essa acção pedagógica é o arbitrário cultural (Bourdieu, 2003).

Também Bernstein (1982) sublinha a necessidade de valorizar e reconhecer como válida e significativa, a experiência social que a criança possui, e por outro lado, devia ser-lhe restituída como válida e significativa.

Como se vê estes autores apresentam várias linhas de pensamento convergentes, em todas é realçada a necessidade de reconhecer a agência da criança, enquanto actor social.

A forma como se conceptualiza a infância está associada a múltiplas variáveis, como por exemplo (classe social, género, etnia, etc...).

Assiste-se hoje a um cruzamento de variáveis sociais no conceito de infância podendo falar-se em “culturas de infância” em vez de cultura de infância.

A infância enquanto categoria social é diversa, e tal como refere Sarmiento (2003), é necessário compreender bem a gramática que caracteriza as culturas de infância na 2ª modernidade, só através da análise da morfologia, da sintaxe e da semântica das culturas de infância, se estará a preparar melhor as nossas crianças, para serem cidadãos activos com plenos direitos.

As culturas de infância são transmitidas no presente mas também no plano diacrónico, daí decorre que, é necessário situar a criança nos seus contextos e condições sociais em que vive, para se poder analisar e compreender melhor as suas culturas.

OS DESAFIOS...

OLHAR PARA A CRIANÇA

Olhar para a criança pressupõe como refere Pinto (1997, p.65), atender a dois postulados:

“*o primeiro é o de que as crianças têm algum grau de consciência dos seus sentimentos, ideias, desejos e expectativas, são capazes de expressá-los e que efectivamente os expressam, desde que haja quem os queira escutar e ter em conta. O segundo é o de que há realidades sociais que só a partir do ponto de vista das crianças e dos seus universos específicos podem ser descobertas, aprendidas e analisadas*”.

Este último postulado remete para aquilo que Santos denomina de “hermenêutica diatópica”, apelando para a reflexividade dos sujeitos, e para a capacidade de fazer a ponte entre dois pontos de vista, duas culturas diferentes. É ser capaz de romper com a minha forma de pensar, para me colocar no ponto de vista do outro, do olhar do outro. Olhar para a criança, implica que o adulto se coloque no lugar da criança para melhor compreender a sua realidade.

O repto que é lançado aos adultos vai no sentido de olhar para a criança não como um adulto em miniatura, mas antes um sujeito activo com direitos e competências a desenvolver.

Mais importante do que o adulto apetrechar os espaços com materiais ricos ou sofisticados, alimentando assim o mercado de produtos para a infância, é dar liberdade de acção à criança. Deixá-la sonhar, inventar, correr, saltar experimentar, observar, maravilhar-se, enfim... brincar.

Só assim, a criança poderá ter a autonomia desejada para poder ser sujeito do seu próprio desenvolvimento e aprendizagem.

Só assim, a criança será construtora do seu próprio saber mas para isso:

- é necessário que os adultos reflectam sobre a imagem que têm sobre a criança;

- é necessário contrariar todo um discurso que menoriza a criança, que a situa como um ser passivo, fazendo parte dum pré-conceito de infância global e homogenizador.

É no quadro da globalização que caracteriza que é necessário redefinir a criança enquanto agente e actor social, interrogando e analisando as diferentes agências socializadoras (família, escola, etc.), devolvendo à criança os seus direitos, o seu estatuto social e a sua autonomia.

Só através da observação da acção da criança, os adultos estarão cada vez mais próximos das culturas da infância.

E se a inevitabilidade dos constrangimentos sociais acompanharão sempre a criança também a sua força e capacidade de sonhar, nos alimentam a esperança de que o "arco-irís" voltará aparecer.

"As crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhe legam, mas fazendo-o com a leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível." (Sarmento, 2003).

Bibliografia

Bernstein, Basil (1982), "A educação não pode compensar a sociedade", In Grácio, Sérgio e Stoer, Stephen (1982). *Sociologia da educação II - Antologia. A construção social das práticas educativas*. Lisboa Livros Horizonte (19-31).

Corsaro, (2003), *Acção colectiva e agência nas culturas de pares infantis* (texto polic.).

Corsaro, William (2001), *A reprodução interpretativa no Brincar ao "Faz-de-Conta" das crianças*. Educação, Sociedade e Cultura, 17:113-135.

Ferreira, Maria Manuela (2000). *Salvar Corpos, Forjar a Razão. Contributo para uma Análise da Criança e da infância como construção Social em Portugal*. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.

Sarmento, Manuel Jacinto (2003). *As culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade*. Braga. IEC/Universidade do Minho (polic.).

Sarmento, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel (1997), "As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo", In M. Pinto e M. J. Sarmento, (Org.), *As Crianças: Contextos e identidades*. (7-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

